



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 4478520/2017-DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000422/2017-87

PROJETO BÁSICO

(Atualização do sistema EVOFINDER)

1. DO OBJETO

- 1.1. Substituição dos dois (2) scanners instalados na Área de Perícias de Balística do Instituto Nacional de Criminalística (APBAL/INC) pelos novos modelos, versão .50BMG, com maior número de motores de passo e capacidade de aquisição integral das bases de estojos de calibres 12Ga. e .50"BMG. [Tabela 1]
- 1.2. Atualização do Sistema Automatizado de Identificação Balística EVOFINDER®, instalado na Área de Perícias de Balística e Caracterização de Materiais do Instituto Nacional de Criminalística (APBAL/INC), para a nova versão, com software V6.3 de 2017, ou posterior. [Tabela 1] O sistema instalado é composto por duas estações de Aquisição/Análise (DAS), duas estações de Análise (EWS) e um servidor (SAS), o que corresponde ao total de três (3) licenças, sendo 2 DAS e 1 SAS.
- 1.3. Treinamento de quatro (4) a seis (6) peritos da APBAL para operar as novas funcionalidades dos novos scanners e software.

Tabela 1 – Itens da atualização do sistema automatizado EVOFINDER® instalado na APBAL.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
1	Scanner EVOFINDER® versão .50BMG com maior número de motores de passo que a versão atualmente instalada na APBAL/INC/DITEC/PF	2	O Scanner tem capacidade de fazer a aquisição integral das bases dos estojos de calibres 12(de espingarda) e .50BMG.
2	Software EVOFINDER® versão V6.3, ou posterior.	3	Três licenças: 2 DAS e 1 SAS
3	Treinamento de peritos da APBAL para operar as novas funcionalidades do Scanner/Software	1	O treinamento deverá comportar até seis (6) peritos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O sistema EVOFINDER® é uma ferramenta essencial na Área de Perícias de Balística. Auxilia o perito nos exames de microcomparação balística disponibilizando imagens 2D e 3D de excelente resolução das superfícies dos projéteis e dos estojos de arma de fogo, além de fazer busca por similaridade dentro dos arquivos digitalizados já inseridos no sistema. Seu uso complementa as informações coletadas pelo perito com o microscópio comparador óptico e dá mais embasamento nas suas conclusões. O equipamento permite a correlação de imagens de elementos de munição apreendidos/coletados em diferentes cenas de crime, ou seja, relaciona uma arma de fogo a dois crimes diferentes.
- 2.2. O scanner do sistema atualmente instalado não é capaz de adquirir imagens completas das bases de

estojos de calibres 12Ga e .50”BMG por causa das suas dimensões avantajadas. Os diâmetros das bases são 22,4mm e 20,2mm, respectivamente. As imagens adquiridas dos estojos desses dois calibres no sistema atual se restringem a uma pequena área que engloba a cápsula de espoletamento, ignorando mais de 80% da área disponível para confronto microbalístico. O scanner da nova versão do EVOFINDER® possui receptáculo maior e captura toda a área da base dos estojos de calibres 12Ga e .50”BMG.

- 2.3. A demanda por confrontos microbalísticos nos calibres 12Ga e .50”BMG tem aumentado nos últimos anos especialmente por conta dos frequentes assaltos a bancos por grupos fortemente armados.
- 2.4. Um banco de dados contendo informações e dados dos estojos coletados nos locais dos assaltos a banco poderia correlacionar armamentos utilizados em dois, ou mais, locais de crime ocorridos em diferentes datas. Por extensão, a quantidade de armas de cada calibre também poderia ser estimada somente pela análise no EVOFINDER®.
- 2.5. A atualização do software EVOFINDER® para a mais nova versão, hoje a 6.3, será imprescindível porque do contrário a versão hoje instalada não será capaz de gerenciar o novo scanner além de não reconhecer os dados adquiridos pelo novo scanner.

3. FUNDAMENTO LEGAL

- 3.1. A aquisição do equipamento objeto deste Projeto Básico encontra amparo legal no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

- 3.2. A aquisição de novo scanner deve seguir a padronização do sistema EVOFINDER® já instalado na APBAL/INC.

- 3.2.1. A padronização é decorrente de já haver um equipamento instalado nas dependências da APBAL/INC. Cabe esclarecer que a escolha e a aquisição do EVOFINDER® seguiu um longo processo que se iniciou com o Estatuto do Desarmamento [Lei 10.826/2003, de 22/12/2003] quando em seu Art. 2º inciso X estabelece que compete ao SINARM:

X – cadastrar a identificação do cano da arma, as características das impressões de raiamento e de microestriamento de projétil disparado, conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante;

- 3.2.2. Nesse sentido, o Diretor Geral da Polícia Federal através da Portaria 460, de 21/10/2004, publicada no Boletim de Serviço 204, de 22/10/2004, constituiu Grupo de Trabalho para efetuar a elaboração, a execução e o acompanhamento de Projeto para o Sistema Nacional de Padrões Balísticos.
- 3.2.3. Em 2005, o GT visitou os sítios equipados com sistemas automatizados de balística nos EUA, Europa e Rússia. O Relatório Sistema Nacional de Padrões Balísticos foi emitido em outubro de 2005 [Anexo A].
- 3.2.4. Em 2010, Peritos da APBAL/INC visitaram os Institutos de Criminalística de Belo Horizonte-MG e Salvador-BA que possuíam sistemas automatizados de balística em funcionamento. A avaliação técnica das visitas resultou na Informação 004/2010-APBAL/DPER/INC/DITEC/PF [Anexo B].
- 3.2.5. Ainda em 2010, houve visita ao Instituto de Criminalística de Goiânia-GO para utilização do EVOFINDER® lá instalado havia dois anos. Foi cumprida a OMP 14/2010-APBAL e resultou no RMP 14/2010-APBAL e agilizou os exames do Laudo 2009/2010-INC.

- 3.2.6. Embasada a escolha pelo EVOFINDER®, o processo de aquisição foi executado e o equipamento foi instalado na APBAL/INC em fevereiro de 2012. Ressalta-se que a aquisição foi resultado de um processo administrativo competente e a sua escolha foi embasada em avaliações de qual equipamento seria mais vantajoso para a administração.
- 3.3. O novo sistema deve ser capaz de reconhecer as informações que foram armazenadas desde 2010 até hoje nos discos – cerca de 10.000 registros de projéteis e de estojos.
- 3.4. Os sistemas similares existentes no mercado (IBIS, LEPUS, ARSENAL, as mais conhecidas) são independentes entre si e as informações gravadas por um não são reconhecidas por outro.
- 3.5. A aquisição do novo scanner servirá, também, para atualizar o equipamento instalado no INC desde 2010, visto que não recebeu manutenção/atualização desde 2011 – descontados os 12 meses de garantia. O sistema EVOFINDER® é fabricado com exclusividade pela ScannBI Technology Europe GmbH.

4. VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A atualização pleiteada está orçada em €462.440,00, que pela cotação de 28/04/2017 equivale a R\$1.599.579,96. A proposta da representante M1 encontra-se no anexo “Proposta Orçamentária”.

5. PAGAMENTO

- 5.1. Com proposta em Euros, o pagamento será efetuado em Reais (R\$), após desembaraço aduaneiro, mediante abertura de crédito documentário irrevogável e irretroatável no banco emissor (*issuingbank*) Banco do Brasil S/A, em valor correspondente em Euros, considerado como proposta de preços aceita e precificada na pró-forma (*proforma invoice*), em obediência ao disposto na Lei nº 4.320/64; na Lei nº 10.192/2001 c/c Decreto-lei nº 857/69, adotando-se as Regras de Usos Uniformes sobre Créditos Documentários, sendo que:(UCP 600), aprovadas pela Câmara Internacional de Comércio (CIC), c/c as Regras Uniformes para Reembolsos Bancários, amparados em créditos documentários, sendo que:
- 5.1.1. Terá a Diretoria Técnico-Científica – DITEC/PF como tomador (*Applicant*).
- 5.1.2. Terá a CONTRATADA como beneficiária (*Beneficiary*).
- 5.1.3. O banco notificador (*advisingbank*) no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A em conformidade com o país-sede da CONTRATADA.
- 5.1.4. O banco negociador (*negotiationbank*) responsável pelo pagamento no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A em conformidade com o país-sede da CONTRATADA.
- 5.1.5. O exame de documentação exigida e entregue pela CONTRATADA ao banco será realizada em até 21 (vinte e um) dias bancários (*banking days*).
- 5.1.6. O crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível.
- 5.1.7. A validade do crédito documentário será suficiente para a cobertura do prazo de execução definido neste Projeto Básico e em seus anexos.
- 5.2. A(s) fatura(s) pró-forma (*proforma invoice*) deverá(ão) ser encaminhada(s) para a CONTRATANTE, no endereço citado no Projeto Básico indicado pela Administração, para fins de pedido de abertura de crédito documentário.
- 5.3. Todas as operações financeiras serão efetivadas pelo agente financeiro da União, o Banco do Brasil S/A, sob ordem da CONTRATANTE.
- 5.4. O pagamento será suspenso até manifestação favorável do Banco Central do Brasil – Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais, havendo indícios de casos relacionados na Seção 2, do Capítulo 16, do Título I do RMCCI.
- 5.5. O efetivo pagamento e liquidação nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64 será considerado com a

autorização para o banco negociador efetivar o pagamento ao beneficiário ou pelo depósito em conta bancária aberta no Banco do Brasil na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

- 5.6. Previamente ao pagamento será verificada a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA.
- 5.7. Toda a documentação equivalente apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação. Caso contrário, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa da CONTRATADA aceita pela CONTRATANTE. Findo esse prazo sem que haja a regularização por parte da CONTRATADA, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento contratual, e a CONTRATADA sujeita às sanções administrativas previstas neste Projeto Básico.
- 5.8. Na hipótese de atraso do pagamento atribuível à CONTRATADA por execução do objeto, com proposta em moeda estrangeira, as despesas referentes à renovação ou prorrogação do crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, inclusive as referentes ao incremento da taxa cambial, no período de adimplemento, serão ressarcidas pela CONTRATADA, sem prejuízo das respectivas sanções contratuais.
- 5.9. O pagamento será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documento pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 5.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I * N * VP$$

$$I = (TX/100)/365$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da Parcela em atraso

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual (6%)

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no seguinte endereço:

SAIS QUADRA 7 LOTES 9/10

- 6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de dez (10) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (5) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de dez (10) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- 7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- 8.1. Entregar à CONTRATANTE todos os documentos necessários ao desembaraço aduaneiro dos equipamentos, tais como: nota fiscal, fatura pro forma, conhecimento de embarque, comprovante de exportação, apólice de seguro, romaneio de embarque, entre outros.
- 8.2. Considerar como de sua responsabilidade todas as despesas, como frete, seguro e outras, inerentes ao deslocamento dos equipamentos do Aeroporto ou Porto de entrada no Brasil, até o endereço de entrega.
- 8.3. Fornecer, juntamente com os equipamentos, todos os manuais a eles relacionados.
- 8.4. Assumir o ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos e contribuições sociais federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.
- 8.5. Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior ao estabelecido no item DA GARANTIA TÉCNICA, contados a partir do recebimento

definitivo.

- 8.6. Assumir todos os ônus decorrentes da execução da garantia e assistência técnica e responsabilizar-se pela perfeita execução de todas as obrigações delas decorrentes.
- 8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.8. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.
- 8.9. Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução deste Projeto, não transferindo à CONTRATANTE, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Contrato.
- 8.10. Ofertar treinamento para o uso dos equipamentos/materiais fornecidos, sem ônus adicional à CONTRATANTE, a, no mínimo, 4 (quatro) peritos criminais federais lotados na APBAL.
- 8.11. Incluir em seu preço todos os impostos, taxas e outros, e ainda, o custo do transporte/frete, para entrega no local de recebimento provisório.
- 8.12. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, provenientes da realização do treinamento, inclusive aquelas com deslocamento do instrutor, a saber, hotel, alimentação, deslocamento, traslado, dentre outras.
- 8.13. Informar imediatamente à CONTRATANTE as alterações de dados do fornecedor, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação da CONTRATANTE com o fornecedor.
- 8.14. Notificar a CONTRATANTE com, no mínimo, quarenta e oito horas de antecedência ao embarque, por escrito, por meio de fax (61) 2024-9821 e correio eletrônico selog.ditec@dpf.gov.br, detalhes sobre a descrição dos equipamentos, as quantidades, o nome da companhia aérea, o número e a data do conhecimento aéreo de carga, o aeroporto e a data de embarque, com remessa do original da notificação à Diretoria Técnico-Científica, no prazo máximo de dez dias corridos, via serviço postal ou por intermédio do seu representante legal.
- 8.15. Manter disponíveis peças e serviços necessários para efetuar eventuais reparos e manutenção nos equipamentos, pelo período de 24 meses, após o término da garantia.

9. TREINAMENTO

- 9.1. A CONTRATADA fica obrigada a realizar treinamento para o uso do equipamento fornecido para quatro (4) peritos que serão previamente indicados, no local de instalação do equipamento.
- 9.2. O treinamento deverá abranger no mínimo informações sobre todas as funcionalidades do equipamento fornecido, exercícios práticos de uso, manutenções preventivas e corretivas.
- 9.3. A carga horária para realização do treinamento será de 16h (dezesesseis horas).
- 9.4. Todas as despesas diretas ou indiretas, provenientes da realização do treinamento, inclusive aquelas com deslocamentos do(s) instrutor(es), a saber: hospedagem, alimentação e deslocamentos, dentre outras, são de responsabilidade da CONTRATADA.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução

do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1. A CONTRATANTE exigirá garantia contratual, para execução das obrigações assumidas pela CONTRATADA, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades:
 - 13.1.1. Caução em dinheiro ou título da dívida pública;
 - 13.1.2. Fiança bancária;
 - 13.1.3. Seguro-garantia.
 - 13.1.4. A garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor deste Projeto.
- 13.2. A CONTRATADA prestará garantia no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura deste Contrato.
- 13.3. No caso de se prestar caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública como garantia, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, tendo como beneficiária a Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF, cuja via do termo da caução ou do depósito do(s) título(s) deverá ser apresentada no ato da publicação deste Contrato.
- 13.4. No caso apresentação de fiança bancária como garantia, a mesma deverá ser emitida em nome da Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF, devendo constar do instrumento, a renúncia expressa pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos 821, 827, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; art. 77 do Código de Processo Civil; art. 261 e 262 do Código Comercial, cujo documento deverá ser apresentado no ato da publicação do Contrato.
- 13.5. No caso de apresentação de seguro-garantia como garantia contratual, o mesmo deve ter como beneficiário direto, único e exclusivamente, a Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF, cujo instrumento deverá ser apresentado no ato da publicação deste Contrato.
- 13.6. A garantia prestada será liberada ou restituída imediatamente após o término da vigência deste Contrato e desde que comprovado o cumprimento de todas as obrigações da contratada.
- 13.7. Se a garantia for utilizada em pagamento de obrigação não cumprida ou de multa aplicada, após o devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA se obrigará a depositar o montante da diferença do valor apurado, no máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, a contar da data em que for notificada pela CONTRATANTE.
- 13.8. Garantia emitida por banco estrangeiro deverá ser confirmada por instituição bancária nacional.

14. GARANTIA TÉCNICA

- 14.1. A CONTRATADA dará garantia aos equipamentos ofertados, com assistência técnica *in loco*, ou seja, no local de uso do equipamento, pelo prazo de vinte e quatro (24) meses a partir da data do recebimento definitivo.
- 14.2. A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergências nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a Administração.
- 14.3. Os serviços de manutenção efetuados durante o período de garantia deverão ser executados pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias.
- 14.4. Quando da necessidade execução de qualquer prestação de serviço de manutenção durante o período de garantia, esta deverá ser prestada *in loco* mediante solicitação formal por parte da CONTRATANTE.
- 14.5. Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a CONTRATANTE comunicará o fato, por escrito, à CONTRATADA, acordando o prazo para correção dos defeitos.
- 14.6. Caso esses defeitos resultem em importação de peça/parte do(s) equipamento(s), essa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a contar da comunicação dessa necessidade à CONTRATANTE.
- 14.7. A CONTRATADA deverá comparecer ao local onde se encontra o equipamento no prazo de até dez (10) dias úteis, contados da confirmação do recebimento de sua convocação, para prestar os serviços de manutenção corretiva durante o período de garantia.
- 14.8. Independentemente de eventuais intervenções para manutenção corretiva, a CONTRATADA efetuará, ainda, uma intervenção para manutenção preventiva dos equipamentos e verificação de desempenho (*performance check*), juntamente com calibrações básicas, caso estas se façam necessárias. Esta será efetuada após 12 (doze) meses do início do Contrato e consignado em Relatório de Serviço Técnico (modelo constante no apêndice).

15. CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO

- 15.1. A CONTRATADA é responsável pelo processo de importação e despacho aduaneiro, devendo realizar as operações de desembaraço aduaneiro e nacionalização de acordo com a regulamentação brasileira, sendo que:
 - 15.1.1. O importador será a Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal – DITEC/PF, com objeto destinado a Órgão de Segurança Pública.
 - 15.1.2. O procurador outorgado responderá integralmente quanto aos atos praticados no processo de importação, configurando a CONTRATADA como solidária sem reservas na responsabilização administrativa, civil e criminal.
 - 15.1.3. A CONTRATADA ou seu representante legal no Brasil responsabilizar-se-á por todas as operações e informações referentes ao desembaraço aduaneiro, inclusive quanto à adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum (NCM/TEC), com o respectivo destaque.
 - 15.1.4. A CONTRATANTE acompanhará todo o processo de importação realizado pela CONTRATADA, assim como, toda demanda de informação ou documentação referente ao processo de importação deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE.
 - 15.1.5. Toda documentação e extrato de registros referentes ao processo de importação deverão ser entregues à CONTRATANTE, sempre que possível no original.
 - 15.1.6. A CONTRATADA ou seu responsável legal no Brasil será responsável por toda movimentação de carga em relação ao cumprimento do objeto, devendo estabelecer os quesitos de consolidação e modal.
 - 15.1.7. O transporte deverá atender à legislação brasileira, inclusive o previsto pelo Decreto nº

- 15.1.8. As cargas embaladas, consolidadas ou não, deverão estar conforme a respectiva lista de conteúdo (*PackingList*)

16. RESCISÃO

- 16.1. O não cumprimento de qualquer cláusula do Projeto Básico ou a inobservância das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos confere à Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF, o direito de rescindi-lo, conforme previsto na seção V do capítulo III da lei nº 8.666/93. Fica estabelecido, ainda, que a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial, respeitando o direito de ampla defesa, na ocorrência de quaisquer dos casos enumerados no art. 78, incisos XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, bem como por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Diretoria Técnico-Científica/DPF judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 17.1.1. Deixar de entregar documentação exigida para o certame; e
 - 17.1.2. Apresentar documentação falsa.
 - 17.1.3. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 17.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 17.1.5. Fraudar na execução do contrato;
 - 17.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 17.1.7. Cometer fraude fiscal; e
 - 17.1.8. Não mantiver a proposta.
- 17.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
 - 17.2.2. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);
 - 17.2.3. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total deste Projeto, no caso de inexecução total do objeto;
- 17.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 17.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;
- 17.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 17.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 17.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 17.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 17.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Eduardo Makoto Sato
Perito Criminal Federal
Responsável pela Área de Perícias de Balística

De acordo, aprovo o Projeto Básico para a atualização do sistema
EVOFINDER.

JOSÉ JAIR WERMANN
PERITO CRIMINAL FEDERAL
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO MAKOTO SATO, Perito(a) Criminal Federal**, em 27/10/2017, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 01/11/2017, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4478520** e o código CRC **F3F7A6F5**.